****

FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS PIAUIENSE - FACAPI

CURSO: PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

JANETE ALVES DE ARAÚJO

**A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR**

BATALHA-PI

2019

JANETE ALVES DE ARAUJO

**A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Ciências Aplicadas Piauiense - FACAPI, como requisito parcial para a obtenção do título de pós-graduado (a) em Psicopedagogia Clínica e Institucional.

Orientador: Prof. Esp. João Lopes.

BATALHA-PI

2019

JANETE ALVES DE ARAUJO

**A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Ciências Aplicadas Piauiense - FACAPI, como requisito parcial para a obtenção do título de pós-graduado (a) Psicopedagogia Clínica e Institucional.

Orientador: Prof. Esp. João Lopes.

 Artigo aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof. Esp. João Lopes - FACAPI

Orientador

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof..............................................................................................................

Examinador (a)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 Prof. ..........................................................................................................

Examinador (a)

**A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR**

Janete Alves de Araújo[[1]](#footnote-1)

João Lopes[[2]](#footnote-2)

**RESUMO:** Muitas discussões e desafios que envolvem o ensino para surdos vêm sendo realizadas no campo das licenciaturas e, consequentemente, na Pedagogia. A partir disso, o presente artigo apresenta uma análise bibliográfica de trabalhos acadêmicos sobre a inclusão de alunos com surdez no ensino regular e o que estas produções trazem como propostas de metodologias, práticas pedagógicas e perspectivas sugeridas para o ensino da pessoa surda. Por meio de um levantamento bibliográfico, apresenta-se uma reflexão relativa à importância dos conhecimentos relacionados à Língua brasileira de sinais – Libras na educação da pessoa surda. A metodologia utilizada para execução do trabalho refere-se a: levantamento bibliográfico. A pesquisa tem como objetivo geral: analisar a interação de professores e escolas com alunos surdos incluídos no ensino regular. E, como objetivos específicos: conhecer os métodos utilizados pelos os educadores na formação de alunos surdos; discutir o despreparo dos professores e funcionários ao receberem alunos surdos na escola de ensino regular e potencializar a importância do método bilinguismo para a educação dos surdos. No embasamento teórico, recorre-se a diversos teóricos, como: Moura (2002), Perlin (2002), Frias (2010), Brito (2012), assim como outros desenvolvidos, sobre o contexto do ensino de para surdos e as metodologias, estratégicas didáticas e perspectivas consideradas relevantes no ensino de surdos. Os resultados da pesquisa apresentam como proposta educacional o oferecimento de escolaridade e a possibilidade de inclusão. Porém, nos parece necessário avançar rumo à discussão sobre qual inclusão e qual escola queremos e praticamos. Espera-se com esse trabalho, suscitar novas pesquisas, sobretudo no ensino regular, e que a compreensão das diferenças e especificidades do ensino para portadores de necessidades especiais propiciem maior reflexão da prática em sala de aula, dos significados da educação inclusiva e de suas especificidades.

**PALAVRAS-CHAVES:** Ensino. Língua Brasileira de Sinais. Professor.

# **INTRODUÇÃO**

O tema investigado partiu da necessidade de discutir e refletir e analisar como se dá a interlocução entre alunos surdos e os funcionários, investigar como funcionam as adaptações curriculares voltadas para a questão pedagógica do aluno surdo. Assim como a necessidade de responder algumas questões, que como futura psicopedagoga mim inquieta a respeito da educação de surdos.

Entende-se que a inclusão não pode ser concebida como mera inserção, alocação integração no espaço escola, mas como aquele que atende a diversidade e contemple conhecimento sobre a especificidade de todos os alunos.

De acordo com Frias (2010, p.13) a inclusão dos alunos surdos devem contemplar mudanças no sistema educacional e uma adaptação no currículo, com alterações nas formas de ensino, metodologia adequada e avaliação que condiz com as necessidades do aluno surdo; requer também elaboração de trabalho que promovam à interação em grupos na sala de aula e espaço físico adequado a circulação de todos.

A vivência escolar tem demonstrando que a inclusão pode ser favorecida quando observam as seguintes providencias: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes (CARVALHO, 1999, P. 52).

Assim o presente trabalho tem como objetivo geral: analisar a interação de professores e escolas com alunos surdos incluídos no ensino regular. E específicos: conhecer os métodos utilizados pelos os educadores na formação de alunos surdos; discutir o despreparo dos professores e funcionários ao receberem alunos surdos na escola de ensino regular e potencializar a importância do método bilinguismo para a educação dos surdos.

Esperamos com essa pesquisa conhecer os entraves que cercam a educação dos alunos surdos, como por exemplo, a falta de profissionais qualificados, as metodologias utilizadas no processo de ensino - aprendizagem. É necessário concebemos capazes de conviver com o diferente e saber lidar com a diferença, para que estas não sejam menosprezadas e nem apontadas mais sim trabalhadas de acordo com suas especificidades.

Além de estarmos contribuindo para que o processo de inclusão aconteça de forma adequada e satisfatória, pois, “o sucesso das propostas de inclusão decorre da adequação do processo escolar à diversidade dos alunos” (Montoan, 2004,75).

Neste sentido, o presente artigo bibliográfico apresenta um levantamento de trabalhos acadêmicos de diversos teóricos, como: Moura (2002), Perlin (2002), Frias (2010), Brito (2012), assim como outros desenvolvidos, sobre o contexto do ensino de para surdos e as metodologias, estratégicas didáticas e perspectivas consideradas relevantes no ensino de surdos.

# **2 DISCUSSÕES: Um estudo sobre a inclusão dos surdos no ensino regular**

Ao longo dos anos o Brasil vem implementando leis que de alguma forma tornam a educação um direito de todos, e principalmente contemple uma educação de qualidade. Nesse sentido conta na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) lei 9.394/96 Art.205 que “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Mesmo as leis de o sistema educacional brasileiro garantir a inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, Mendes (2002/2003) constata que na atualidade, para uma estimativa de cerca de seis milhões de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, não chega a quatrocentos mil o número de matriculados, considerando o ensino especial e o ensino regular. Seja pela a falta de preparo dos profissionais, seja pela falta de recursos.

Em muitos trechos da Declaração de Salamanca (1994, p. 18) é mencionado o conceito de inclusão como:

Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos os alunos e consequentemente, para toda sociedade.

No caso dos alunos surdos, Dorziat (2004) considera que a inclusão social de pessoas surdas, objetivando sua participação social efetiva, depende de uma organização das escolas considerando três critérios: a interação por meio da língua de sinais, a valorização de conteúdos escolares e a relação conteúdo-cultura surda.

Para Freire, (1987, p.34), “uma práxis educativa centrada nos valores e consciência, será capaz de libertar o homem de toda situação de opressão”.

# **2.1 Educação de Surdos:** contexto geral

As dificuldades encontradas pelo surdo em se comunicar e fazer atividades. Considerando este aspecto desafiador do cotidiano do surdo, surgem abordagens não raramente relacionadas com interesses políticos, e propostas que promovam inadequadamente a inclusão, que se configura na prática como exclusão do mesmo.

O termo ‘deficiente auditivo’ sugere historicamente uma carga de negativismo, valorizando a deficiência em detrimento do sujeito, o que sinaliza uma percepção de inferioridade em relação à pessoa surda. Fazendo uma breve retrospectiva da representação social do surdo, identificam-se as bases que sustentam ideologias atuais, pois a concepção de que o surdo não possui capacidades e inteligências semelhantes à de um ser humano dito “normal”, marca típica de séculos anteriores, reflete problemáticas vivenciadas pelo surdo na contemporaneidade.

Sobre isso Goldfeld (2002, p. 27) na "[...] antiguidade os surdos foram percebidos de formas variadas: com piedade e compaixão, como pessoas castigadas pelos deuses ou como pessoas enfeitiçadas, e por isso eram abandonados ou sacrificados.”, logicamente, na atualidade o abandono e o sacrifício não apresentam o seu sentido literal como era vivenciado antigamente, mas esta marginalização reflete essa mesma prática excludente.

Embora tenham surgido estudos voltados para a inserção do surdo na realidade trabalhista e educacional da sociedade, o que incentivou a abertura de escolas regulares com vagas para os mesmos, o objetivo principal era de treiná-los como ouvintes, isto é, desenvolver metodologias para amenizar os efeitos da surdez.

Mais adiante, no final da década de 1970, baseado nas pesquisas de Ivete Vasconcelos, uma educadora de surdos na Universidade Gallaudet, é instituída a Comunicação Total. Na década posterior são iniciados estudos referentes ao Bilinguismo com a cooperação da professora linguista Lucinda Ferreira Brito, que em 1994 oficializa o uso da abreviação Língua Brasileira de Sinais – Libras, que até então era denominada por Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros - LSCB, configurando assim, uma maior aproximação entre a língua e o surdo (BRITO, 2012).

No contexto em que a educação de surdos foi instituída como opção diferenciada para os mesmos, as práticas de ensino baseavam-se na proposta denominada por Oralismo, que determinava que a criança surda fosse integrada à comunidade ouvinte, para isso a surdez é entendida como uma deficiência que deve ser minimizada como aponta Goldfeld (2002,p. 33).

Essa minimização dá-se através de uma sequência de etapas que se iniciam com o estimulo da audição, uma vez que, quase a totalidade dos surdos possuem vestígios de capacidade auditiva. Em um segundo momento, a pessoa surda passa por um processo de reabilitação que, aproveitando os resíduos auditivos, consiste em ensiná-la a interpretar os sons que ouve. Sendo então alcançado o objetivo do Oralismo, onde o surdo torna-se reprodutor da língua oral e com a passividade dentro do ambiente em que se encontra, sem, no entanto desenvolver habilidades intelectuais relativas à reflexão e na própria ação enquanto cidadão atuante (BRITO, 2012).

 A partir do aprofundamento das pesquisas em torno da educação de surdos, estabeleceu-se o Bilinguismo que defende a necessidade de integração do surdo na sociedade como um cidadão atuante, ciente de seus direitos e cumpridor de seus deveres, e baseia-se na acessibilidade da Língua de Sinais e do português para os mesmos.

 Segundo Goldfeld (2002, p. 42), o Bilinguismo “[...] tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial do seu país”, ressaltando o valor das Libras do contexto do surdo.

Com esta proposta, a Libras tornou-se oficial no ensino para surdos no Brasil, o que está exposto na Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002, em seu artigo primeiro: “[...] reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.”.

Desse modo,

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico [sic] de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

A vida educacional do surdo, para a proposta bilíngue, depende em primeiro lugar da relação estabelecida com a língua de sinais, que é considerada a primeira língua do surdo. Nesse caso é descartada a exigência de que o surdo adquira prioritariamente e estritamente a língua oral:

A noção de que o surdo deve, a todo custo, tentar aprender a modalidade oral da língua para poder se aproximar o máximo possível do padrão de normalidade é rejeitada por esta filosofia. Isto não significa que a aprendizagem da língua oral não seja importante para o surdo, ao contrário, este aprendizado é bastante desejado, mas não é percebido como o único objetivo educacional do surdo nem como uma possibilidade de minimizar as diferenças causadas pela surdez. (GOLDFELD, 2002, p.43).

 Na filosofia bilíngue propõe-se, a formação da comunidade surda, com cultura e língua próprias (Goldfeld, 2002, p. 43). Instigando o surdo a proceder como participante da sociedade como um todo, não sendo marginalizado pela surdez.

Diante das problemáticas do ambiente educacional escolar brasileiro, o bilinguismo representa:

[...] uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita. (QUADROS, 1997, p.27).

Apesar destas mudanças ideológicas na educação, ainda se percebe a dificuldade da sociedade, no contexto brasileiro especificamente, em incluir adequadamente o surdo.

# **2.2 Surdez: Diferença ou deficiência?**

Resoluções que norteiam a Educação Especial na Educação Básica no cenário brasileiro, (CNE/CEB nº 02/ 2001) regem acerca da permanência dos alunos em uma sala de aula regular, tais mudanças são reflexos das políticas que a rodeiam, dando margem a várias discussões no campo educacional, dentre argumentos destaca-se o ensino ao estudante Surdo que sofrem com essas alterações, suscitando discussões entre teóricos da área.

De acordo com Lacerda (2006) que fala sobre o fascínio da inclusão com intuito de proporcionar um maior desenvolvimento no meio escolar, porém no contexto atual as pessoas com necessidades especiais ainda estão longe de vivenciar tais benfeitorias. Conforme a autora é necessária uma atenção maior em relação à inclusão destes alunos nas escolas regulares e consequentemente também a formação dos profissionais a trabalharem com os mesmos.

É evidente em meio à sociedade as diferenças existentes entre os indivíduos, surgindo assim o preconceito muitas vezes e nos fazendo incapazes de praticar as mudanças necessárias para uma boa relação com aqueles que possuem suas limitações.

Para as escolas iniciarem um verdadeiro processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular, antes de tudo e preciso conhecer a surdez. De acordo com o INES-Instituto Nacional de Educação de Surdos (ANAIS, 2001), a surdez ou deficiência auditiva caracteriza-se pela diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o sujeito cuja adição não é operacional na sua vida comum e parcialmente surdo aquele cuja audição ainda que deficiente é operacional, utilizando ou não a prótese auditiva.

Sabemosque ainclusão em nosso país volvidas para pessoas com necessidades especiais emergem como forma de abarcar essas pessoas em meias políticas transversais. No âmbito escolar esse termo revoga-se em um instrumento de caracterização social, cultural por parte de muitos que convive em meio deste âmbito, excepcionalmente, às vezes por se tratar de não saber definição e a proposta da inclusão. Segundo (MORIÑA 2004) no meio escolar a inclusão é definido como um modelo de relações interacionais que em prática, resulta em processos transformador e acolhedor em uma estruturação educacional.

Diante deste contexto Behares (1994, p.1) define a surdez como “uma pessoa surda é aquela que, por um déficit de audição, apresenta uma diferença com respeito ao padrão esperado é, portanto, deve construir uma identidade em termos dessa diferença para integrar-se na sociedade e na cultura em que nasceu”.

Para Vygotsky (1989, p.189), é totalmente evidente que toda gravidade e todas as limitações criadas pela deficiência não têm sua origem na deficiência por si mesma, mas sim nas consequências, nas complicações secundárias provocadas por esta deficiência. A surdez por si mesma poderia não ser um obstáculo tão penoso para o desenvolvimento intelectual da criança surda, mas mudez provocada pela surdez, à falta de linguagem é um obstáculo muito grande nessa via. Para isso, é na linguagem como núcleo do problema onde se encontram todas as particularidades do desenvolvimento da criança surda.

# **2.3 Educação inclusiva para alunos surdos**

A educação é a base de qualquer indivíduo para um pleno desenvolvimento em sociedade, a qual é oferecida a todos sem restrições, porém, por mais que se fale em inclusão, o surdo ainda sofre com dificuldades encontradas em meio à luta por um ensino de qualidade que atenda às suas necessidades. Conforme o Artigo 2º da LDB (Leis de Diretrizes de Base da Educação Nacional) que trata dos princípios e fins da educação brasileira,

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996)

O educando tem o direito à educação de qualidade e não é por ser surdo que ficará fora da sala de aula, além disso, precisará de um atendimento especializado que possa despertar no mesmo as potencialidades existentes, sendo necessário apenas práticas pedagógicas especificas para sua necessidade.

Essa clientela, que são pessoas que não ouvem ou que tem dificuldade para ouvir, ou seja, a comunidade surda, está presente em quase todas as escolas da rede pública e privada. É uma realidade que vem sendo vivenciada conforme o avanço das políticas públicas voltadas para essa área. Entretanto, com tanto tempo de luta pela inclusão desse alunado em salas de aula regular, ainda encontramos entraves que impedem o desenvolvimento educacional dos mesmos.

Nossa sociedade por ser maioria ouvinte, discrimina os surdos e em consequência a família também tem receio por ter um filho surdo, o qual em muitos casos, não se aceita por ser diferente. O motivo de se querer impedir que uma criança surda seja aceita como normal, tendo um desenvolvimento linguístico cognitivo adequado, tratando-a como se fosse um ouvinte, na maioria das vezes é o preconceito, os quais são mantidos por ignorância, ambição e egoísmo, e falta de informação. O surdo ainda não é aceito como deveria.

Skliar, (1997) enfatiza que boa parte dos ouvintes tem a surdez como perda da comunicação, ou seja, o isolamento. Contudo, tentando trazer o surdo para a convívio ouvinte, começa a serem utilizadas práticas como da oralização a qual atrapalha o processo da língua natural do surdo, submetê-lo a serviços explorando-o.

A inclusão ainda é vista como algo lento no seu processo de implantação, apesar de estar na ativa há muito tempo. Não é simplesmente elaborar leis, ir à mídia e dar uma bela reportagem, falta a prática adequada e uma atenção maior por parte do sistema educacional o qual estamos inseridos. As crianças precisam estar na sala de aula e receberem uma formação onde exista comunicação entre elas e o ambiente em que vivem, afinal, esse é o propósito da inclusão.

Lacerda (2006, P. 163-184) diz que:

A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola.

Segundo a autora, a inclusão é ótima, porém para o público surdo é algo que ainda não atendeu suas necessidades, mesmos muita coisa dependendo simplesmente de uma ação vinda por parte da escola.

Para Glat (2007), um dos pressupostos básicos dessa proposta é a necessidade de adaptações no ensino que promovam desafios constantes a todos os alunos e favoreçam seu pleno desenvolvimento social e cognitivo. A escola inclusiva, portanto, deve-se respaldar no oferecimento de adaptações e suportes para o aluno com necessidades educacionais especiais, é somente a partir dessas instâncias que ações de ensino-aprendizagem podem ser efetivadas com relevância.

De acordo Felipe (1997), diz que, “muito se fala sobre escolas inclusivas e segregadoras, porém a realidade diz respeito às crianças surdas em salas de aulas com alunos ouvintes que não conseguem de forma análoga interagir e compreender o que estar sendo ensinado”.

Porém um entrave que cercam a educação é justamente o despreparo dos professores. Souza e Góes (1999) afirmam que o processo de inclusão do aluno surdo vem sendo acompanhado por professores e profissionais que desconhecem a língua de sinais e as condições bilíngues do surdo. Razão pela qual os professores tendem a considerar-se despreparados para atuar com essa população.

# **2.4 Metodologia que possa atender as necessidades de alunos surdos**

A LIBRAS, língua dos surdos brasileiros, foi aprovada pela Lei nº. 10436, de 24 de abril de 2002, ela apresenta todos os níveis linguísticos e é uma linguagem visual-gestual e como língua de sinais, é admissível que todos os surdos se comuniquem utilizando as mãos e outras partes do corpo.

Reforçando isso, Salles (2004) diz que a LIBRAS possui uma gramática composto de todos os elementos linguísticos, entretanto tem suas especificidades. A autora afirma que os surdos brasileiros usam a LIBRAS como meio de comunicação, porém mesmo assim ela não se torna uma língua universal, até mesmo porque cada país tem sua língua própria de sinais. É certo de que essa língua pode mudar de uma região para outra, pois sofre as influências da cultura local.

Pereira (2000) ressalta que para a melhor aprendizagem da língua de sinais é necessário que haja uma relação frequente de pessoas com a mesma linguística, ou seja, ela possui as mesmas funções da língua falada.

Ela ajuda no desenvolvimento cognitivo do surdo, junto aos gestos vem as expressões faciais e corporais possibilitando-o à comunicação com o meio em que vive. Entretanto, ainda existe dificuldades de implementação dessa língua em sala de aula, visto que a carência de professores que dominam a LIBRAS é muito grande. Apesar de existir cursos de formação voltado para essa área, são poucos os que se interessam pela mesma, é onde acontece o descaso desses alunos em uma sala de aula onde o professor não é habilitado para trabalhar com os mesmos.

Frente a isso, resta ensinar o português para aqueles que nem ao menos sabem a língua de sinais, e assim surge as dificuldades para o surdo, haja vista que, a mesma é fundamental para a aquisição da leitura e da escrita, o que irá permitir um conhecimento de mundo. O surdo deixará de apenas decodificar e entenderá o que ler. Skliar (1997) argumenta que é necessário que o educador ou até mesmo seus responsáveis adotem uma maneira de ensinar e compreendê-lo sem interferir na aprendizagem da linguagem natural a qual faz parte da sua identidade como surdo.

Ensinar o português para o surdo não é tão simples, mas não quer dizer que seja impossível e se o mesmo conhece a LIBRAS, o trabalho fica mais fácil de ser realizado. Grannier (2002) diz que para o ouvinte é fácil adquirir o domínio de várias línguas, entretanto ensinar uma língua oral e escrita para uma criança surda requer cuidado e atenção e principalmente na metodologia.

Dentro de casa, por serem maioria filhos de pais ouvintes, os surdos passam por dificuldades como a rejeição da língua de sinais. Os pais, em muitos casos não querem se submeter a aprender juntamente com os filhos, o que causa um transtorno, pois na escola aprendem uma língua e em casa, ao invés de praticá-la com a família, retornam aos sinais os quais estão habituados a fazerem desde quando nasceram. Sinais esses, criados pelas pessoas que convivem com o mesmo, por isso há a necessidade de todos conhecerem a língua de sinais quanto mais cedo possível. Skliar, (1997) *apud* Bernardino adverte:

“Se não se organiza adequadamente o acesso destas crianças à Língua de Sinais, seu contato será tardio e se uso restringido a práticas comunicativas parciais, com as consequências negativas que isto implica para o desenvolvimento cognitivo, e, sobretudo, para o acesso à informação e ao mundo de trabalho”. (2000, p.39)

Diante disso observa-se a importância da família aceitar e entender a importância da aquisição da língua de sinais o mais cedo possível, pois assim, o cidadão surdo poderá viver em contato direto com a sociedade, entendo o que lhe cerca e dando sua parcela de contribuição como qualquer outra pessoa que se julga ser normal.

Investir na formação de professores é a melhor forma de contribuir para o favorecimento do surdo na sociedade. Para Lacerda (1996), apesar de o bilinguismo ser amplamente difundido no Brasil, as experiências com a educação bilíngue aqui ainda são restritas pela a dificuldade tanto de considerar a língua de sinais uma língua, quanto de encontrar profissionais e professores que saibam utilizá-la.

Ter profissionais capacitados para receber esses alunos surdos é suma importância no processo de aquisição da língua e no planejamento de atividades. Quadros (2005) esclarece que a educação de Surdos, tendo uma proposta bilíngue, deve gozar de um currículo organizado com perspectiva visual-espacial para garantir ao aluno Surdo o acesso a todos os conteúdos escolares na Língua Brasileira de Sinais.

# **3 METODOLOGIA**

O presente estudo foi realizado tomando por base a metodologia de pesquisa qualitativa por esta ser um caminho que possibilita fazer descobertas, assim como encontrar novos significados a respeito do tema estudado. Richardson (1999) aborda que, os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Para que houvesse a produção desta pesquisa fez-se necessário leitura de livro, artigos e dissertações publicados no Google Sholar, Scielo e outros. Para a busca dos artigos foram utilizadas as seguintes palavras chaves: a inclusão de alunos surdos, , metodologias para trabalhar no ensino com alunos surdos.

Na realização deste estudo foram selecionados 01 livro e 04 artigos que tratam sobre a inclusão de alunos surdos no ensino regular. Sendo que 01 livro aborda a temática do “surdo’ 02 artigos abordam sobre o surdo, 01 sobre o ensino regular e 01 aborda sobre metodologia de ensino destinados aos alunos surdos. Para fazer as análises fez-se necessária leitura minuciosa dos mesmos, seleção dos textos que desse sustentação teórica para esta pesquisa.

A pesquisa qualitativa busca caminhos que revela fatos, fenômenos, considerando valores, emoções e visões de mundo, na análise da realidade. A este respeito, Trivinos (1987), afirma que existem cinco características fundamentais que configuram a pesquisa qualitativa em educação: tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; é descritiva; os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente e o significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

# **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para contribuir com inclusão dos alunos surdos na sala regular de ensino os professores devem garantir situações de convívio que contemplam a sua aprendizagem, tornando alunos participativos na sala de aula. Pode-se afirmar que é necessário o professor se qualificar, buscar capacitação, para saber lidar com os alunos que apresentam qualquer necessidade especial.

A inclusão faz parte do dia-dia de todos, onde é visto que os alunos com deficiência passam por momento de isolamento dentro das instituições de ensino, visto que as mesmas não dispõem de materiais de apoio necessário para a prática de atividades destinadas a especialidade de cada um. Diante desta situação é necessário que as escolas, possam promover por meio de oficinas, palestras, assim como atividades de socialização onde os alunos possam compreender a importância da inclusão de alunos no ensino regular.

A sociedade vem despertando para a necessidade da incorporação de um movimento inclusivo, que tenha como característica o acesso e a permanência do aluno com deficiência no ensino regular. No entanto, o paradigma da segregação ainda persiste em alguns momentos do contexto escolar, que acabam por reforçar a ideia e o desejo de estudar em escolas especializadas. Discutimos com esse trabalho que os surdos não têm nenhum limite de aprendizagem, e que é preciso o empenho de todos para que de forma relevante obtenha-se certo conhecimento sobre Libras de modo que ocorra um bom processo comunicacional.

Após análise de dados referentes ao olhar dos teóricos, constatou-se que o professor deve sempre buscar o melhor método, para que possam assim contribuir para o processo de ensino e aprendizagem, já que os mesmos são figuras importantes no desenvolvimento de seus alunos. É relevante mencionar, que os docentes encontram se de mãos atadas quando o que diz a inclusão, pois os mesmos não passam por um processo de formação visando o ensino e aprendizagem de alunos surdos no ensino regular, diante disto o trabalho do professor acaba sendo afetado quanto a qualidade de ensino.

Portanto, uma vez que não existe limitação de aprendizado por partes de alunos surdos, esses alunos devem receber ensino de qualidade que os permitam ter o efetivo acesso ao processo educacional, processo este que muitas vezes é retirado do aluno por simples razões até mesmo estruturais do ambiente escolar.

Dessa forma, se espera que os desafios relacionados ao ensino voltado para pessoas surdas sejam ultrapassados, e que, acima de tudo, o próprio pré-conceito seja quebrado, e que tenhamos um quadro de perspectivas realizadas em futuro próximo, dessa forma tendo educação de qualidade para todos.

Oferecer escolaridade e a possibilidade de inclusão já significa, em si, um ganho. Porém, nos parece necessário avançar rumo à discussão sobre qual inclusão e qual escola queremos e praticamos. Sendo assim, além dos aspectos já comentados em relação à formação continuada, é necessário que o poder público se mobilize junto as instituições de ensino, na busca de meios para solucionar, dando qualidade de ensino e capacitando os professores do ensino regular.

Diante desta realidade, acredita-se que ainda falta muito para que haja de fato a inclusão desses alunos em meio à sociedade. Senão houver uma preocupação maior junto a qual uma ação, como a formação especifica dos professores, esses alunos surdos não terão desempenho esperado e as famílias continuarão sem acreditar que seus filhos podem conviver normalmente no meio em que vivem. Enfim, é necessário muito mais que se possa imaginar em relação a inclusão ofertadas nas escolas atuais, é necessário que metodologias diferenciadas no ensino de regular que contemple as habilidades dos alunos surdos.

Espera-se com esse trabalho, suscitar novas pesquisas, sobretudo no ensino regular, e que a compreensão das diferenças e especificidades do ensino para portadores de necessidades especiais propiciem maior reflexão da prática em sala de aula, dos significados da educação inclusiva e de suas especificidades.

**ABSTRACT**: Many discussions and challenges involving the teaching of the deaf have been carried out in the field of undergraduate courses and, consequently, in Pedagogy. From this, the present article presents a bibliographical analysis of academic papers about the inclusion of students with deafness in regular education and what these productions bring as proposals of methodologies, pedagogical practices and suggested perspectives for the teaching of the deaf person. Through a bibliographical survey, a reflection on the importance of the knowledge related to the Brazilian Sign Language - Libras in the education of the deaf person is presented. The methodology used to perform the work refers to bibliographic survey. The research has as general objective: to analyze the interaction of teachers and schools with deaf students included in regular education. And, as specific objectives: to know the methods used by the educators in the formation of deaf students; discuss the unpreparedness of teachers and staff in receiving deaf students in the regular school and enhance the importance of the bilingualism method for the education of the deaf. The theoretical basis is based on several theorists, such as: Moura (2002), Perlin (2002), Frias (2010), Brito (2012), as well as others developed on the context of teaching deaf people and methodologies, strategies and perspectives considered relevant in the teaching of the deaf. The results of the research present as an educational proposal the offer of schooling and the possibility of inclusion. However, it seems necessary to move towards the discussion about which inclusion and which school we want and practice. It is hoped that this work will stimulate new research, especially in regular education, and that the understanding of the differences and specificities of teaching for people with special needs will lead to a greater reflection of the practice in the classroom, the meanings of inclusive education and its specificities.

Keywords: Teaching. Brazilian Language of Signals. Teacher.

# **5 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Anais do Seminário do INES**: Surdez: Diversidade Social.** Rio de Janeiro: INES, 2001.

BEHARES, L. E. **A língua materna dos surdos.** Revista espaço/Ines, março de 1997, PP.40-9

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Declaração de Salamanca,** Brasília,1994.

BRASIL, Ministério da Educação, **Portaria nº 555/2007,** prorrogada pela **Portaria nº 948/2007,**Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,Brasília,2008.

BRASIL**.** Regulamenta a **Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002,** que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e **o art. 18 da Lei no. 10.098, de 19 de dezembro**

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **A Educação dos Surdos**. vol. II. Brasília, MEC/SEESP,2002.

BRITO, Raiane Gonçalves Silva. **Ensino de geografia e educação de surdos**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

CARVALHO, E. de C. & BARBOSA, I. **Pensamento Pedagógico e as NEE**: de 2000. Brasília, Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005.

DIAS, Elayne Cristina Rocha, et.al. **Ensino de Geografia Para o Deficiente Auditivo**: estudo de caso da Unidade Escolar Matias Olímpio de Teresina – Piauí Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica / Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 1, n. 1, p. 80-106, jul. / dez. 2013.

DORZIAT, A. **Educação de surdos no ensino regular:** inclusão ou segregação? Revista do Centro de Educação, v. 24, p. 1-7, 2004.

FELIPE, T. A. **Escola Inclusiva e os direitos linguísticos dos Surdos.** Rio de Janeiro: Introdução à Deficiência Auditiva,2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. RJ. Ed. Paz e Terra, 1987.

FRIAS, E. M. A. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educativas especiais**: contribuições ao professor do Ensino Regular. Disponível em:<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf> acesso em: 23/11/2013.

GOLDFELD, M. **A criança surda:**linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 2002.

LACERDA, Cristina B. F. de. **A inclusão escolar de alunos surdos:** o que dizem professores e intérpretes sobre esta experiência. Cad. CEDES, mai/ago. 2006, vol.26, nº 69, p. 163-184.

MANTOAN, M. T. E. (2004). *Caminhos pedagógicos da inclusão*(on line). Disponível na Internet via WWW URL: <http://www.educacaoonline.pro.br/art_caminhos_pedagogicos_da_inclusao.asp>. Capturado em 09/08/2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Editora Moderna 2004.

MENDES, E. G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil.** In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. *Escola inclusiva*. São Carlos: EdUFSCar, 2002. p.61-85.

MOURA, M. C. **O surdo:** caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter / FAPESP, 2000.

MOURA, Maria Cecília de. "O surdo: Caminhos para uma nova identidade". São Paulo: PUC, tese de doutoramento, 1996.

PERLIN, G. **A Invenção da Surdez.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

QUADROS, R. M. de. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 1997.

 QUADROS, R. M. O ‘Bi’ em Bilinguismo na educação de surdos. In E. Fernandes (org.) Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005. p. 26-36.

SOUZA, M. R. & Góes, M. C. R. O ensino para Surdos na escola inclusiva: Considerações sobre o excludente contexto de inclusão. In: C. Skliar (Org.): Atualidade da educação bilíngue para Surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. V. 1,

VESENTINI, J. W. **Realidades e perspectivas do ensino de Geografia no Brasil.** In: \_\_\_\_\_\_.(org). O ensino de Geografia no século XXI. São Paulo: Papirus, 2004. p. 219-248.

VYGOTSKY, L. S. **A formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fortes, 1989.

1. Pós-graduando(a) em Psicopedagia Clinica e Institucional pela Faculdade de Ciências Aplicadas – FACAPI. [↑](#footnote-ref-1)
2. Professor orientador da disciplina TCC na FACAPI, especialista em Letras pela Faculdade de Teologia Hokemah e em coordenação pedagógica pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Email: ed.jlopes@hotmail.com / profjlopes40@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)